

## **SETEC/MEC: Bases para uma Política Nacional de EPT (2008)**

Eliezer Pacheco

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, SETEC/MEC, tem trabalhado na construção de políticas públicas de qualificação e expansão da educação profissional e tecnológica em todo território nacional.

Partindo do imperativo da relação entre escolarização e profissionalização, em um contexto social no qual cerca de 60 milhões de pessoas – com 18 anos ou mais – não concluíram a educação básica, a SETEC/MEC tem proposto, para o conjunto de suas ações, a) a indissociabilidade entre formação geral e profissional na perspectiva da educação integral b) e a vinculação orgânica entre as políticas educativas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e os arranjos produtivos, sociais e culturais das diferentes regiões brasileiras. Em outras palavras, a SETEC/MEC tem procurado articular educação integral (formação geral e profissional e tecnológica) ao desenvolvimento econômico e social em uma dinâmica cujo objetivo principal é a inclusão de milhares de mulheres e homens deixados à margem da sociedade brasileira, seja no que tange à escolaridade, seja na perspectiva do trabalho.

Nesse contexto, a SETEC/MEC, de forma vigorosa, tem desenvolvido as seguintes ações: a) expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; b) Programa de Integração da Educação Profissional a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); c) articulação do ensino médio à educação profissional nas modalidades integrada, concomitante e subsequente; d) Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia e Catálogo dos Cursos Técnicos (em implantação); e) formação de professores para a educação profissional e tecnológica; f) Escola de Fábrica; g) revisão da legislação no campo da EPT, dentre outras.

A educação profissional e tecnológica pública e de qualidade que implica o fortalecimento de uma cultura de formação profissional no âmbito das instituições, redes e sistemas educacionais do país, motivaram a SETEC/MEC a propor e organizar a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (CONFETEC) que, no decorrer do ano de 2006, reunindo nos estados da federação

centenas de trabalhadores e dirigentes de instituições de ensino, redes e sistemas em que a pauta principal foi a consolidação e avanço da EPT no país.

A SETEC/MEC entende que só o debate e a ampla participação de diferentes segmentos da sociedade consolidam políticas democráticas, republicanas e cidadãs.

## **EIXOS NORTEADORES DO TRABALHO DA SETEC/MEC**

### **Eixo 1: Fortalecimento do Papel da EPT no Desenvolvimento Nacional e nas Políticas de Inclusão Social.**

O fortalecimento do caráter público da EPT demanda, dentre outros mecanismos, uma articulação da educação profissional e tecnológica com as políticas de desenvolvimento nacional e regional, na perspectiva de perceber o papel da educação profissional no desenvolvimento sustentável dos diferentes *lócus*. Para tanto, trabalhar com pesquisas e diagnósticos que apontem as demandas culturais econômicas e sociais que possam subsidiar a adoção de políticas públicas efetivas e, paralelamente, adotar mecanismos de acompanhamento e avaliação torna-se um imperativo. Isto significa ainda pensar e compreender o desenvolvimento em duas dimensões: a endógena (aquela que se alimenta das possibilidades locais e faz brotar um olhar motivador e criador de oportunidades para os que estão construindo no dia-a-dia a história da região) e a exógena (reconhecida como iniciativas de grande porte que se instalam na região) e considerar o quanto a educação pode trabalhar como política pública nessas duas perspectivas.

A SETEC tem trabalhado para a implantação de instrumentos para a adequação de políticas de formação às demandas da sociedade e criado mecanismos de pesquisas e diagnósticos. O Projeto Sintonia pode ser apontado como mecanismo que revela esta concepção por dispor de uma ferramenta, o Observatório Nacional, cuja principal função é contribuir para a formulação das políticas a partir do diagnóstico dessas demandas. O principal objetivo do observatório é identificar as demandas do mundo da produção e a partir delas induzir o ajuste da oferta de cursos que apontem alternativas reais de geração de trabalho e renda. O observatório é parte do Sistema de Informação da Educação Profissional (SIEP) que se destaca também por disponibilizar uma série de

indicadores educacionais (inicialmente da Rede Federal de Educação Tecnológica), com vistas a assegurar a transparência e a profissionalização da gestão acadêmica da Rede de Educação Profissional e Tecnológica.

O desafio é constituir uma cultura de formação profissional e de trabalho que ultrapasse o sentido da subordinação e possibilite a autonomia necessária na construção e democratização do conhecimento. Por conseguinte, considera-se fundamental:

- Articulação das políticas de EPT com os programas de trabalho, emprego, renda, inclusão e desenvolvimento social. Pretende-se que tais programas tenham efetivamente um caráter transitório e, nesse sentido, a EPT possa funcionar como elemento indutor de emancipação. Diante dessa situação, a EPT deve ser fortalecida em todos os seus níveis e modalidades, alcançando, de modo isonômico, os diversos segmentos sociais, sobretudo aqueles que, historicamente, estão à margem das ofertas educativas. Esse fortalecimento passa pela democratização da oferta da EPT, a adoção de políticas diferenciadas no sentido da garantia do acesso e permanência, da manutenção da qualidade, o que implica a ampliação da rede pública de educação profissional. Para tanto, a valorização dos órgãos e fóruns de representação da educação profissional e tecnológica é de suma importância.

## **Eixo 2: Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica – Manutenção e expansão**

A educação integral é direito do cidadão e dever do Estado. Assim, as diferentes esferas de governo devem ser responsáveis pela EPT, garantindo financiamento público para sua manutenção e expansão. Para tanto, demanda-se:

- Criação de uma fonte permanente de financiamento - estabelecimento de um fundo que reúna recursos já destinados para tal fim e provisão de novas fontes. Nesse aspecto, julga-se fundamental a formação de comissões com vistas à proposição de criação e regulação desse instrumento. Caberá também a essas comissões o levantamento da real situação dos recursos hoje destinados à EPT e a articulação das propostas em curso. A criação desse instrumento tem como pressupostos fundamentais o comprometimento

de diferentes esferas de governo com a EPT e, ainda, a afirmação de que os recursos públicos sejam, estritamente, aplicados à oferta gratuita da EPT, em todos os níveis e modalidades. Além disto, deve ser garantida a articulação dos recursos de outros fundos públicos, o que implica a construção de um marco regulatório entre a aplicação de recursos de origem pública e os de origem privada, assegurando que o público se estabeleça como um direito de todos.<sup>1</sup>

- Garantia de recursos para a expansão da rede física de oferta pública de EPT com participação direta e sob forma de cooperação do Governo Federal com os estados e os municípios, não excluindo a participação da sociedade civil. Cumpre destacar o empenho deste governo que não tem medido esforços no sentido de assegurar e ampliar expressivamente recursos para a EPT.
- Articulação com diferentes Ministérios, secretarias extraordinárias e empresas estatais no sentido de potencializar ações direcionadas a EPT.

### **Eixo 3: Articulação das Instâncias de Governo e da Sociedade Civil**

A articulação das diversas instâncias, com vistas à integração das políticas públicas para EPT, deve assegurar, enquanto diretrizes norteadoras:

- A concepção de educação integral;
- A concepção de Educação Profissional e Tecnológica como processo pautado na investigação científica a fim de promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia, da inovação tecnológica.
- O compromisso com a democratização das conquistas e benefícios da produção do conhecimento, na perspectiva da cidadania e da inclusão.
- A possibilidade de acesso e permanência para todos;

---

<sup>1</sup> Neste sentido, a SETEC/MEC tem incentivado e acompanhado os debates em torno dos Projetos de Lei que tramitam na Câmara de Deputados e no Senado da República, que versam sobre **o estabelecimento de fontes permanentes de financiamento e manutenção da EPT**, ao mesmo tempo em que fomenta o debate interno sobre este tema no âmbito do Governo Federal.

- O estabelecimento das competências das diferentes esferas de governo e organismos civis;
- O atendimento de demandas identificadas com a cultura produtiva e social local/regional;
- A participação de instituições representativas de trabalhadores, movimentos sociais, segmento empresarial/patronal e governo na elaboração, gestão e avaliação das políticas de EPT;
- A criação e a valorização de fóruns e colegiados como instâncias propositivas e deliberativas de políticas de EPT.
- Consolidação de relação com as unidades federativas através do Fórum de Gestores Estaduais da EPT.

#### **Eixo 4: Fortalecimento de estratégias Operacionais de Desenvolvimento da EPT**

##### **I- Sistema de Gestão:**

A inserção definitiva da EPT no ambiente de política pública só se dará com a governança pública, em seu sentido lato, de todo o processo. Isto pressupõe não só o financiamento através de recursos públicos, mas também protagonismo da esfera pública na definição das políticas para EPT. Para isso, é fundamental o investimento e a valorização de instâncias de deliberação que tenham representatividade da sociedade como um todo. Nesse sentido, faz-se necessária:

- A valorização de fóruns municipais, estaduais e federal voltados para as políticas e ações da EPT (formulação, implementação e acompanhamento );
- O diálogo permanente entre as representações dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo;
- O destaque à EPT dentro dos conselhos de educação (municipais, estaduais e nacional);

- A garantia de processos democráticos na gestão das instituições de EPT;
- A revisão da legislação existente, em particular as Diretrizes Curriculares da EPT.
- Incentivo a criação de entidade que unifique a representação dos dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

## **II - Proposta Pedagógica:**

As propostas pedagógicas para a EPT devem se pautar pelo princípio da formação integral, do trabalho como princípio educativo, pelo respeito às diversidades dos sujeitos e às especificidades regionais. Além disto, a possibilidade da expressiva ampliação da oferta de educação escolar, em seus diferentes níveis articulada à educação profissional demanda a construção de um paradigma que supere a sobreposição e/ou justaposição entre campos do conhecimento e campos da profissionalização e invista na sua efetiva articulação como modo próprio de concepção do projeto educativo.

## **III- Educação a Distância:**

A EAD deverá compor o conjunto de políticas de EPT na perspectiva do alcance de todo território nacional e da ampliação da possibilidade de acesso pelos segmentos sociais envolvidos em atividades laborais específicas (embarcados, rurais, trabalhos em turnos ou escalas, etc), buscando um melhor atendimento das condições de tempo-espço desses sujeitos. Para tanto, faz-se necessário o investimento permanente em infra-estrutura e atualização tecnológica potencializando o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). À guisa de exemplificação, a e-Tec Brasil e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), programas desenvolvidos pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), hoje já são realidade e, a partir de 2008, teremos centenas de núcleos de EAD já em funcionamento.

## **Eixo 4- Formação e Valorização dos Profissionais de EPT:**

A formação dos profissionais da EPT dar-se-á em caráter inicial e continuado. Nesse sentido, torna-se essencial a oferta de Licenciaturas para EPT e de cursos

em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Na perspectiva do decreto nº. 5154/04, é preciso rever a formação de professores aproximando e articulando campos do conhecimento de formação profissional. Tem-se igualmente que implantar políticas de qualificação dos técnicos que atuam em nossas unidades.

O avanço evidenciado nos últimos anos na política de qualificação dos docentes é significativo. Dezenas de bolsas de mestrado e doutorado contemplaram professores e os mestrados e doutorados interinstitucionais (MINTER e DINTER) já acontecem em proporção crescente. Na outra ponta, cerca de 30 núcleos de Pós-Graduação *lato sensu* em PROEJA deverão atender um número significativo de professores de todas as redes públicas de ensino.

É parte importante desta política o estabelecimento de formas de cooperação cada vez mais estreitas com a CAPES e o CNPq, o que permitirá a expansão da rede federal.

Faz-se também necessária e inadiável a implantação de carreiras para os profissionais da EPT em que sejam asseguradas condições como piso salarial, progressão funcional, incluindo condições materiais e financeiras, bem como atenção à saúde ocupacional.

## **Eixo 5: A Relação da EPT com a Universalização da Educação Básica**

A relação entre escolarização e profissionalização é um imperativo no contexto atual da sociedade brasileira pelos elevados índices de não concluintes da educação básica. Assumir o dever do estado em garantir um *capital cultural básico* que permita ao conjunto de cidadãos e cidadãs, adolescentes, jovens e adultos, construir sua vida com dignidade, situa a Ciência, a Tecnologia, o Trabalho e a Cultura como dimensões formativas indissociáveis. Por conseguinte, esse quadrinômio deve estar presente não só na educação que qualifica para o exercício de uma atividade profissional como naquela comprometida com a formação para o exercício da cidadania. Tal princípio demanda um novo paradigma epistemológico e pedagógico que supere a mera sobreposição entre campos do conhecimento dos saberes e campos da profissionalização e invista na sua efetiva articulação como modo próprio de concepção do projeto educativo.

Neste sentido, cabe aos programas voltados para a Educação Básica ou para a EPT assegurar estas dimensões:

- A revisão do ensino médio na perspectiva da introdução dos jovens no universo temático do mundo do trabalho, sobretudo a partir do estabelecido no decreto 5154/2004.
- A aproximação entre os programas e políticas de educação de jovens e adultos (sobretudo no segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio) e as políticas de EPT.
- O Programa de Expansão da EPT nos Estados e Municípios (Brasil Profissionalizado – PDE/CT) criará melhores condições para que as unidades federativas possam oferecer uma educação profissional de qualidade. A Rede Federal de EPT deverá vertebrar todo o ensino técnico de nível médio em nosso país.

#### **Eixo 6: Aperfeiçoamento de mecanismos de Regulação e Supervisão**

A SETEC vem aperfeiçoando o fortalecimento de seus instrumentos de regulação e supervisão o que tem se traduzido em ações mais efetivas no que diz respeito à autorização e reconhecimento de cursos. O catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia e o Catálogo de Cursos Técnicos (em processo de implantação) são instrumentos fundamentais para Regulação, Supervisão e Avaliação da EPT em nosso país.

#### **Eixo 7: Extensão da EPT para todo o Território Nacional**

O governo brasileiro implanta o mais ambicioso plano de expansão já ocorrido em nosso país. Serão mais 214 escolas técnicas em nosso país que, somadas as 140 que já existiam, cobrirão todos os pólos geo-econômicos e os arranjos produtivos, sociais e culturais do Brasil. Esta política, somada ao Programa Brasil Profissionalizado (PEC-CT) e ao e-Tec Brasil levará a EPT a todo o território brasileiro.

#### **Eixo 8: Revisão das Diretrizes Curriculares da EPT**



A exemplo do que aconteceu durante a construção do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia e o trabalho de levantamento do total de cursos de educação profissional técnica de nível médio no país, realizado para a elaboração do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, permitiu-nos uma visão panorâmica da oferta existente nesse nível.

Essa visão panorâmica e a sistematização realizada pela convergência de cerca de 2.800 denominações de curso para 155 proporciona-nos um importante instrumento de avaliação de como as diretrizes e seu detalhamento em referenciais curriculares nacionais por área profissional delinearão a oferta da educação profissional técnica de nível médio na última década, considerando as reformas sofridas pela educação profissional e tecnológica nesse período.

Tal avaliação possibilita um claro diagnóstico das possíveis insuficiências, omissões, dubiedades, contradições ou excessos da atual legislação. A avaliação da implantação das diretrizes, bem como a elaboração das propostas a serem apresentadas ao Conselho Nacional da Educação (CNE) deverá ser construída com base em ampla discussão com os múltiplos agentes sociais atuantes ou interessados na oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de 5 audiências públicas regionais seguidas de 30 dias de consulta pública do documento resultante dessas audiências. A SETEC pretende, dessa forma, em setembro do próximo ano, por ocasião do início das comemorações pelo centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em 23 de Setembro de 2009 (100 anos de edição do Decreto N° 7.566 do Presidente da República Nilo Peçanha que criou as Escolas de Aprendizes Artífices), apresentar ao Conselho Nacional de Educação um sólido conjunto de propostas que possam subsidiar a formulação de novas diretrizes nacionais para a educação profissional e tecnológica.

### **Eixo 9: Democratização do acesso**

A excelência da Rede federal atrai candidatos interessados em buscar uma formação profissional e tecnológica que lhe possibilite inserção mais rápida no mundo do trabalho, bem como outros jovens, estes principalmente oriundos das camadas sociais mais privilegiadas, que aspiram à Universidade e apenas utilizam as escolas da rede federal como “trampolim” para este objetivo. Embora a busca pelo ensino superior seja legítima e justificada, a opção por uma profissão técnica de

nível médio é igualmente digna e importante para o país. Uma das formas de limitar a elitização das escolas são as quotas sociais e étnicas, assim como as articulações estabelecidas com escolas públicas de educação básica. As experiências de democratização do acesso já em curso devem ser disseminadas e (ou) incentivadas, de formas a fazer com que todas as unidades de ensino avancem na adoção de políticas democratizadoras do acesso.

### **Eixo 10: Política de valorização e organização da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada para trabalhadores**

À Formação Inicial e Continuada tem sido reservado um espaço acanhado, inexpressivo, o que não denota a importância que este nível tem para a inclusão de milhares de jovens e trabalhadores para o mundo da produção. Neste sentido, é fundamental a adoção de ações que possam garantir o lugar de tais cursos no espaço de política pública e no âmbito da qualificação para o trabalho. Daí, o compromisso de elaborar programas/projetos que possam orientar, regular e avaliar a oferta dos cursos de Formação Inicial e Continuada com a garantia de elevação da escolaridade.

### **Eixo 11: Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs)**

A criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFETs) se transformará em uma das ações mais significativas no campo da formação profissional e tecnológica. Os IFETs estabelecerão uma nova organização para a Rede Federal, atuando como centros de ensino, pesquisa e extensão nos diferentes níveis de ensino profissional e tecnológico, profundamente vinculadas ao desenvolvimento econômico, social e cultural de suas respectivas regiões, e articulando-se com os demais sistemas públicos. Os IFETs deverão construir sua identidade em harmonia com o universo em que se inserem, em consonância com os pólos geo-econômicos e os arranjos produtivos, sociais e culturais do Brasil. Trata-se de um processo de reconfiguração identitária das atuais instituições de EPT, que passa pela reafirmação de suas formas sociais, funções educacionais e

administrativas sempre, porém, como esteios da oferta pública de uma educação de qualidade, garantida pelo Estado enquanto direito inalienável da cidadania.

### **Eixo 12: Implantação do Sistema de Certificação Profissional**

No que pese a importância e o reconhecimento pelo mundo do trabalho, a certificação profissional ainda não está colocada no espaço da oferta pública e gratuita, muito menos dentro de uma concepção que amplie o seu caráter para além de uma formação estritamente tecnicista, ou seja, está destituída da natureza formativa, necessária à formação de todo trabalhador. Assim, torna-se necessária a existência de processos que preservem a competência técnica no mesmo nível das competências científicas, culturais e sociais.

### **Eixo 13: Resignificação do ensino Agrícola**

As mudanças no sistema capitalista e o acentuado processo de urbanização da sociedade brasileira atualmente absorvem 83% da população. Em nossa sociedade, praticamente, já não existem comunidades exclusivamente agrícolas e as atividades primárias se complementam com as industriais, numa estreita relação entre ciência e tecnologia. Esta realidade repercute em nossas escolas; o modelo das chamadas “escolas-fazenda” já não responde a nova realidade, o que coloca a necessidade urgente do debate no sentido de sua resignificação.

A SETEC/MEC pretende oportunizar e apoiar a reestruturação dessa área, fazendo com que, sem abandonar sua identidade originária, mas pela abrangência de atuação em esferas mais amplas e complexas, possa situar-se como referência de qualidade em suas regiões. Além disto, face à concepção que se configura onde as novas tecnologias passam a ser forte componente na formação, compreende-se que essas escolas poderiam estar compondo o universo dos IFETs.

### **Eixo 14: Avaliação dos investimentos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) no Segmento Comunitário:**

Grande parte dos recursos do Programa de Expansão da Educação

Profissional foi aplicada nas instituições do segmento comunitário. No que pese a magnitude destes recursos, não houve até o momento uma avaliação que possa expor exatamente o que tem sido desenvolvido por estas instituições. Na medida em que se coloca em destaque a natureza pública de tais recursos, torna-se pertinente verificar se o alcance do trabalho deste segmento está de acordo com as demandas e a natureza pública e gratuita da oferta.

### **Eixo 15: Aprofundamento do intercâmbio internacional**

A SETEC/MEC e as unidades da Rede Federal vêm desenvolvendo cada vez mais importantes intercâmbios e trocas de experiências com diversos países, especialmente da América Latina e África, embora também tenhamos estabelecido relações objetivas com Espanha, Canadá e EUA.

O Seminário interno que fizemos sobre Relações Internacionais, com apoio da Assessoria Internacional do MEC, nos permitiu conhecer melhor a política do Ministério para esta questão e organizar nossa atuação em consonância com aquela Assessoria. Neste campo, o objetivo principal é a realização, em novembro de 2008, do **I Fórum Mundial da Educação Profissional e Tecnológica**, reunindo pesquisadores, educadores, governos, entidades representativas dos trabalhadores, dos empregadores e dos estudantes para fazer um balanço da EPT no mundo e estabelecer formas mais efetivas de intercâmbio e troca de experiências.

### **Eixo 16: Ampliação e qualificação de Cursos de Pesca como mecanismo identitário na sociedade brasileira e de inclusão social**

Geograficamente, o Brasil possui imensa costa e a atividade pesqueira está visceralmente ligada às atividades de subsistência da população costeira, com desdobramentos na cadeia produtiva. Não obstante, a educação profissional não tem trazido uma contribuição como seria conveniente e necessário para este setor, marcado pelo estigma da exclusão e com fortes demandas de qualificação em diferentes níveis de conhecimento.

Neste sentido, é necessário que se implementem programas de formação profissional voltados para o Setor Pesqueiro. Esta área entra na agenda da SETEC/MEC, seja na área específica, seja na interseção desta com outras áreas

reconhecidas como do universo da educação profissional, além de apoiar iniciativas existentes, nossa meta é que todas as instituições localizadas no litoral tenham ao final do governo Lula cursos de pesca.

### **Eixo 17: Fortalecimento da cultura de “Rede”**

Um dos diferenciais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é a existência em seu interior de uma visível cultura de REDE, ou seja, de se reconhecer enquanto coletivo, que pensa e atua no campo da educação. Esta cultura deve ser fortalecida por meio de políticas desenvolvidas pela SETEC, na perspectiva de garantir iniciativas conjuntas, promover uma constante troca de experiências, estimular o intercâmbio de professores, técnicos e alunos e fortalecer mecanismos de reconhecimento de suas instâncias de representação (conselho de dirigentes e fóruns temáticos).

A comemoração do centenário da rede certamente se configura também numa perspectiva de realimentação dos objetivos da “rede” e, como desdobramento, a afirmação de sua identidade.

### **Eixo 18- Incentivo crescente no campo da pesquisa na rede federal**

Os avanços cada vez mais acentuados da ciência e na tecnologia e as conquistas do homem advindas desse processo apontam para a necessidade de uma concepção de educação em que a pesquisa, além de princípio científico, também se torne princípio educativo.

A rede federal, por sua singularidade em unir o saber/fazer, ciência/tecnologia, teoria/prática, torna-se ambiente educativo profundamente favorável à pesquisa e à produção do conhecimento.

As instituições de Educação Profissional e Tecnológica se mobilizam em organizar feiras e exposições para apresentação de projetos originais com forte componente tecnológico. Eventos dessa natureza estimularam a SETEC/MEC propor a realização de Jornadas de Produção Científica em Educação Profissional e Tecnológica, fundamentais para o incentivo e disseminação da pesquisa.

A primeira (2006) repercutiu profundamente entre professores, alunos e funcionários e a segunda edição, em dezembro de 2007, mobilizou intensamente todos integrantes da comunidade escolar e acadêmica. É previsível que a cada ano

este espaço de produção assuma maior importância para as instituições de EPT e para a Sociedade como evento fundamental da Ciência e da Tecnologia em nosso país.

Da mesma forma, a Revista Científica da SETEC/MEC a ser publicada brevemente deverá ser um marco na busca deste objetivo.

### **Considerações finais:**

Os eixos norteadores apresentados não constituem uma proposta acabada, mas têm a pretensão de tornar as iniciativas da SETEC/MEC mais integradas, objetivas, eficientes e coerentes com este Projeto de Nação, na perspectiva de nortear nossa prática ao longo do próximo ano.

Estes, entretanto, são apenas os eixos centrais, pois cada Diretoria, cada Coordenação deve desdobrá-los em ações concretas, cotidianas, bem como acrescer suas próprias metas, evitando uma atuação por demandas muitas vezes pontuais. A tarefa precípua da SETEC é de proposição de políticas articuladas e sua execução para a educação profissional e tecnológica.

A EPT vive um momento especial em nosso país, não apenas pela sua extraordinária expansão, mas também pela sua ressignificação enquanto modalidade de ensino importante para a construção e resgate da cidadania. A EPT vem tendo um reconhecimento e uma valorização sem precedentes na história do país, constituindo-se este fato em uma ruptura com nossa tradição bacharelesca.

A existência centenária dessa Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que se comemorará no ano de 2009, fato significativo na história da educação brasileira, corrobora sua importância e solidez. A comemoração desses 100 anos de trabalho educativo é momento propício para reafirmar o seu papel enquanto política basilar da educação pública brasileira.

Nossa tarefa, portanto, é fortalecê-la cada vez mais, pensando e tecendo o Projeto de uma Nação democrática, soberana e inclusiva, em curso no Brasil.